

A importância da previdência privada no contexto brasileiro¹

The importance of the private social security in the Brazilian context



Layla Paulinelli de Oliveira

Pós-graduada em Gestão Empresarial pelo Centro Universitário de Patos de Minas.
e-mail: laylapaulinelli@hotmail.com

Milton Roberto de Castro Teixeira

Professor do Centro Universitário de Patos de Minas.
e-mail: milton@unipam.edu.br

RESUMO: Este trabalho realiza uma análise técnica sobre o sistema de previdência privada no cenário atual, indicando suas expectativas, tendências e desafios. Foi apresentada uma abordagem de assuntos relacionados à evolução desse sistema, os planos de benefícios, além de outros. O estudo aborda o crescente déficit na previdência oficial, assim como efetua uma apreciação do sistema privado. No estudo de caso, há uma comparação, que objetiva demonstrar as vantagens em se aderir a um plano de previdência privada em detrimento dos planos abertos. O tipo de estudo mais apropriado, a amostragem, a forma de aplicação do instrumento e as variáveis analisadas serão aqui apresentados com a finalidade de atender ao objetivo do trabalho, que é analisar o atual contexto da previdência privada no Brasil. Ao final deste estudo, é possível concluir que o plano de previdência complementar fechado é a melhor opção, dentro do cenário apresentado.

PALAVRAS-CHAVE: Previdência social brasileira. Previdência privada. Planos abertos.

ABSTRACT: This paper proposes a technical analysis on the system of private social security in the present state, by indicating its expectations, tendencies and threats. It was presented an approach of themes related to the evolution of this system, the plans of benefits, besides others. The study approaches the increasing deficit in the official social security, as well as proposes an appreciation of the private system. In the case study, there is a comparison

¹ À minha família pelo apoio, carinho e amor oferecidos desde o início da minha jornada de estudos e trabalho. A Deus, que me fortalece e guia. Aos meus pais, Nilma e Genésio, que sempre me apoiaram em todas as minhas decisões e me auxiliam diariamente a correr atrás dos meus sonhos. Aos meus irmãos, Kelle e Gabriel, obrigada por serem exemplos para mim. Aos meus sobrinhos Aline e Raul, o meu amor é todo de vocês. Ao meu amor, obrigada por cuidar de mim. Aos meus amigos e à Lívia, por estarem comigo nesta etapa desde o início. Ao meu orientador, obrigada. Obrigada por tudo!

that aims to demonstrate the advantages of adhering to a private social security plan instead of the open plans. The most appropriate kind of study, the sampling, the manner of application of the instrument, and the analyzed variables will be here presented with the objective of attending the principles of the paper, that is, to analyze the present context of the social security in Brazil. At the end of the study, it is possible to conclude that the closed complementary social security plan is the best option in the analyzed context.

KEYWORDS: Social security. Brazilian private social security. Open plans.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil, é notável o aumento na expectativa de vida. A população começa a dar sinais de envelhecimento, pois até poucos anos atrás, o país lutava contra a mortalidade infantil. A preocupação com a estabilidade financeira na velhice e a instabilidade na atual previdência social mantida pelo governo fazem com que os brasileiros se preocupem ainda mais com a sua saúde financeira.

O objetivo da previdência social é proteger o indivíduo contra situações adversas como desemprego, invalidez, doenças, morte e velhice. E garantir uma renda complementar ao indivíduo, por meio de contribuições. Porém, a previdência social vem passando por um profundo desequilíbrio, e hoje os trabalhadores em atividade custeiam o benefício pago aos trabalhadores inativos. A previdência pública depara-se com o problema da insuficiência de cobertura, apesar dos vários esforços para ampliá-la.

A previdência privada, por sua vez, surgiu em função da necessidade de manutenção de um padrão de vida, no momento da aposentadoria. As empresas que oferecem esses planos são regulamentadas por leis e órgãos competentes, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Esta pesquisa tem como tema a importância da previdência privada no contexto brasileiro e como objetivo principal mostrar que esta tem se tornado uma boa opção, seja para manter o mesmo padrão de vida no momento da aposentadoria, seja para manter uma forma de investimento a longo prazo. O trabalho tem como objetivos específicos descrever as principais características dos planos mais comercializados no mercado, sendo eles o VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) e o PGDL (Plano Gerador de Benefícios Livres), para escolha do melhor plano a ser adquirido, e as vantagens existentes ao adquirir um plano de previdência complementar.

A previdência surge no Brasil na década de 40, com o objetivo de proteção à saúde e ao seguro social. Diante do crescimento da população e das crises fiscais enfrentadas, iniciou-se uma preocupação com o sistema previdenciário.

Especialmente no Brasil, com a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida, a tendência da previdência aberta é não conseguir

atender a todos os aposentados ou pessoas que precisam desse benefício, pois é importante que o total de contribuintes seja maior que o de beneficiários.

Na década de 1950, eram oito contribuintes financiando um aposentado; em 1970, esta relação caiu para 4,2; na década de 90 eram 2,5 para 1; e estima-se que em 2020 seja apenas a proporção de 1 para 1 (STEPHANES, 1998).

Os principais fatores que tornam o atual modelo da previdência social inviável estão pautados no tempo de contribuição para a aposentadoria, tributos cobrados sobre a folha de salários, existência de aposentadorias especiais, relação entre contribuinte e beneficiário (CHAN, SILVA, MARTINS, 2006).

No Congresso Nacional, tramita uma reforma no sistema previdenciário, e a Secretaria de Previdência Social está realizando o recadastramento das pessoas aposentadas desde 2005, com o intuito de manter atualizado o seu banco de dados e promover uma economia de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão para os cofres públicos. A proposta do governo fixa idade mínima de 65 para requerer aposentadoria e eleva o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 25 anos. Porém, mesmo diante dessas alternativas de redução dos gastos da previdência, a perspectiva de falência do sistema ainda é real, pois os problemas que estão ocorrendo não serão facilmente resolvidos (RABELO, 2000).

Diante do problema enfrentado e a possível falência desse sistema, caso o pedido de alteração não seja aprovado, a preocupação com o futuro após a aposentadoria está permitindo o crescimento da previdência privada no Brasil, transformando-a em um importante fundo de reserva e na manutenção da renda do trabalhador no momento da aposentadoria, em casos de morte ou invalidez.

Esta pesquisa realizada é natureza descritiva, uma vez que se procura identificar a situação do sistema previdenciário brasileiro. Segundo Gil (1999), a pesquisa descritiva tem por objetivo básico descrever as características de determinada população ou fenômeno e estabelecer possíveis relações entre variáveis. Buscou-se, na presente pesquisa, inserir o pesquisador neste contexto, uma vez que ele é também parte integrante do grupo que apresenta, como foco, o levantamento de opiniões, de atitudes e de crenças de uma população sobre determinada situação.

A pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes a eles e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

2. OS MODELOS DE PREVIDÊNCIA NO BRASIL

Com a Revolução Industrial, dezenas de pessoas migraram do campo em busca de melhores condições de emprego na cidade. Durante esta transição, a sociedade enfrentou dificuldades, pois teve de se adaptar às atividades industriais. Diante desta situação, a sociedade, o estado e as empresas se viram obrigadas a assumir um compromisso com os que tinham menos condições, tentando desta

forma melhorar as questões sociais, surgindo assim o conceito de oferecer bem-estar aos que precisavam. Este conceito permeou a sociedade por muitos anos e se tornou a base para os sistemas previdenciários atuais: “O que a filosofia social trouxe, além da conscientização das massas sobre a necessidade de organização, foi a conscientização do próprio homem sobre o seu papel no processo socioeconômico da comunidade a que pertence” (PÓVOAS, 2007, p. 39).

A previdência privada em nosso país está estruturada em dois modelos: entidades abertas, com fins lucrativos, que operam planos individuais e coletivos; e as entidades fechadas, sem fins lucrativos, que operam somente planos coletivos decorrentes de vínculo empregatício. Esses dois tipos de previdência proporcionam ao trabalhador um seguro previdenciário adicional, de acordo com sua vontade e necessidade.



FIGURA 1. Estrutura dos Serviços de Previdência no Brasil

Fonte: RODARTE, 2011.

Os sistemas de previdência privada, por sua vez, segundo Schwarz (2006), foram criados com o objetivo de garantir uma renda extra para a manutenção do trabalhador, quando ele se tornasse incapaz de gerar a própria renda, por motivos diversos como morte, idade avançada, desemprego ou doença.

2.1. Previdência social

O início da aposentadoria se deu em meados de 1983, com a implantação das primeiras leis, quando foi introduzido o seguro social, baseado em três pilares: saúde, acidente de trabalho e invalidez. Antes, em 1930, com o surgimento do Ministério do Trabalho, o órgão passara a regulamentar a previdência no Brasil. A partir de então, surgiram diversos institutos previdenciários, que garantiam a proteção aos comerciários, trabalhadores, bancários. Como era inviável criar um instituto para cada empresa, a previdência foi dividida por categorias de atividades. (OLIVEIRA, 1999).

Essas novas unidades de previdência social receberam o nome de institutos, aos quais se vinculariam, de modo compulsório, os trabalhadores de um determinado ramo de atividade. Conforme explica Oliveira (1999, p. 143),

foi assegurado que os institutos deveriam prestar serviços assistenciais e previdenciários. A difusão dos benefícios, bem como sua regulamentação, no entanto, não foi uniforme. Em geral, ficou na dependência do poder de cada categoria profissional. Além disto, a implantação dos IAPs reforçou as disparidades econômicas existentes entre as diferentes categorias profissionais, porque a qualidade e o volume de serviços e benefícios prestados pelas instituições dependiam, além das articulações políticas mais gerais, da capacidade de financiamento de cada categoria.

E então, na década de 60, foi criada a Lei Orgânica de Previdência Social (LOPS), lei nº 3.807, que ampliou o direito adquirido, estendendo-o aos profissionais liberais, autônomos e, de forma compulsória, aos empregadores. A estrutura básica da previdência social brasileira é composta por regime próprio de previdência social, previdência complementar e regime geral de previdência social.



FIGURA 2. O sistema de previdência no Brasil
Fonte: Ministério de Previdência, 2016.

2.2. Previdência privada

A Associação Nacional de Previdência Privada (ANAPP) afirma que

a previdência privada no Brasil surgiu na época do Império, com a criação do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, o Mongeral, em 1835. Seu ob-

jetivo era gerar um futuro mais tranquilo para os dependentes dos servidores públicos imperiais, no caso de falecimento destes. Mais tarde, muitas empresas constituíram os chamados Fundos Contábeis, com o objetivo de complementar os benefícios de aposentadoria oferecidos pela previdência social, no nível das empresas brasileiras de maior porte.

A previdência privada foi legalmente instituída em 1977, de acordo com a lei nº 6.435. De acordo com a legislação, existem dois tipos de previdência complementar: a aberta e a fechada.

A previdência privada fechada é regulamentada pelo decreto nº 81.240/78, Lei Complementar 109/2001 e Resolução 3.121/2003, no que tange à aplicação dos recursos dos planos de benefícios. Também conhecido como fundos de pensão, assim, este plano é destinado, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo.

Em contrapartida, na previdência privada aberta, os planos são comercializados por bancos e seguradoras, e podem ser adquiridos por qualquer pessoa física ou jurídica. O órgão do governo que fiscaliza e dita as regras dos planos de previdência privada é a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), que é ligada ao Ministério da Fazenda.

Os planos por ela oferecidos são semelhantes aos da previdência oficial, mas as Entidade Fechadas de Previdência Privadas (EFPPs) apresentam, como diferencial, a formação de fundos individuais, podendo seus participantes saber, com transparência, informações contábeis e o valor acumulado do seu benefício. Para Weintraub (2003, p. 12),

a transparência da situação econômico-financeira dos planos de previdência privada para participantes, governo e sociedade só vem a incentivar um maior número de adesões (elemento essencial para a manutenção dos planos previdenciários privados), pois demonstra o aspecto da confiabilidade do sistema.

Os planos de previdência complementar estão divididos entre PGBL e VGBL, os quais passam por duas fases: acumulação, com contribuições, podendo ser mensais e tendo os valores estipulados pelo contratante; e resgate, com a retirada da reserva acumulada.

Para cada perfil e necessidade do contratante, existe um tipo de fundo de investimento, cobertura de risco. O PGBL e o VGBL são aplicações financeiras a longo prazo e permitem escolher o fundo de investimento, rentabilidade.

2.2.1. PGBL

Segundo a Caixa Seguradora, o PGBL, ou Plano Gerador de Benefício Livre, permite abater da base de cálculo do IR os aportes realizados anualmente ao plano até um limite máximo de 15% da renda bruta tributável do investidor. É indicado

para as pessoas que optam pela declaração completa do Imposto de Renda. Essa dedução não significa que os aportes feitos na Previdência são isentos de IR. Haverá incidência do IR sobre o valor total do resgate ou da renda recebida, quando eles ocorrerem.

MODALIDADE	PERFIL	BENEFÍCIO FISCAL	TRIBUTAÇÃO		
			RENTABILIDADE	RESGATE	APOSENTADORIA
PGBL PLANO GERADOR DE BENEFÍCIO LIVRE	Indicado para quem: 1) Faz a declaração completa do Imposto de Renda; 2) Contribui para a Previdência Social (ou Regime Próprio) ou é aposentado; 3) Pretende contribuir com até 12% de sua renda bruta anual em previdência complementar.	Os valores depositados podem ser deduzidos da base de cálculo do IR, em até 12% da renda bruta anual.	Diferentemente de outros investimentos, as contribuições em previdência não sofrem incidência de Imposto de Renda enquanto o dinheiro estiver investido. Assim, a reserva rende ainda mais ao longo do tempo.	No momento do resgate, todo o valor resgatado está sujeito a incidência de Imposto de Renda.	No momento do recebimento da renda, todo o valor recebido está sujeito à incidência de Imposto de Renda.

FIGURA 3. PGBL. Fonte: Caixa Seguradora, 2016.

2.2.2. VGBL

O VGBL, ou Vida Gerador de Benefício Livre, não permite abater do IR os aportes ao plano. É indicado para quem usa a declaração simplificada ou é isento, ou para quem já investe em um PGBL, mas quer investir mais de 12% de sua renda bruta em previdência privada. O IR incidirá apenas sobre os rendimentos do plano e não sobre o total acumulado (CAIXA SEGURADORA, 2016).

Para compensar o incentivo fiscal sobre as contribuições realizada no PGBL, caso o participante resgate ou transforme em renda, o imposto de renda pago será sobre o valor total resgatado ou daquele recebido em forma de renda mensal.

MODALIDADE	PERFIL	BENEFÍCIO FISCAL	TRIBUTAÇÃO		
			RENTABILIDADE	RESGATE	APOSENTADORIA
VGBL VIDA GERADOR DE BENEFÍCIO LIVRE	Indicado para quem: 1) Faz a declaração simplificada do imposto de Renda ou são isentos de IR; 2) Contribui ou não para a Previdência Social (INSS) ou Regime Próprio; 3) Pretende contribuir com mais de 12% de sua renda bruta anual em previdência complementar.	Os valores depositados não podem ser deduzidos do Imposto de Renda.	Diferentemente de outros investimentos, as contribuições em previdência não sofrem incidência de Imposto de Renda enquanto o dinheiro estiver investido. Assim, a reserva rende ainda mais ao longo do tempo.	No momento do resgate, apenas o rendimento (ganho de capital) alcançado no plano está sujeito a incidência do Imposto de Renda.	No momento do recebimento da renda, apenas o rendimento (ganho de capital) alcançado no plano está sujeito à incidência do Imposto de Renda.

FIGURA 4. VGBL. Fonte: Caixa Seguradora, 2016.

2.3. COMO ESCOLHER UM PLANO DE PREVIDÊNCIA

Diante das mudanças nos sistemas da previdência social no país, as pessoas precisam começar a se programar para fazer uma reserva complementar ao benefício do INSS ou para garantir uma renda na aposentadoria acima do teto.

Para contratar um plano de previdência privada, é necessário escolher a modalidade (PGBL ou VGBL), o regime de tributação (Tabela Progressiva ou Regressiva), e por fim, identificar a modalidade de plano ideal (renda fixa, multimercado ou fundo dinâmico). A diferença básica entre o PGBL e o VGBL é o momento no qual o investidor vai fazer o recolhimento do imposto de renda sobre o capital: no momento do resgate ou no recebimento da renda.

Diferenças entre PGBL e VGBL		
	PGBL Plano Gerador de Benefício Livre	VGBL Vida Gerador de Benefício Livre
Perfil do investidor	Indicado para aqueles que: a) Utilizam a declaração completa do IR b) Contribuem para a Previdência Social (INSS) ou regime próprio c) Aposentados d) Planejam aplicar até 12% da sua renda bruta anual na previdência complementar	Indicado para aqueles que: a) Utilizam a declaração simplificada do IR b) Não contribuem para a Previdência Social (INSS) ou regime próprio c) São isentos do IR d) Planejam aplicar mais de 12% da sua renda bruta anual na previdência
Benefício fiscal durante o período de acumulação	Os recursos depositados podem ter dedução de até 12% da renda bruta anual, desde que o contribuinte também recolha para o INSS ou regime próprio, ou seja aposentado	Os recursos depositados não têm dedução no IR
Tributação durante o período de acumulação	Rentabilidade	Tanto o PGBL como o VGBL, durante esse período, a rentabilidade obtida não será tributada. Dessa forma, ambos têm possibilidade de render mais do que fundos de investimentos tradicionais
	Resgate	No resgate, todo o valor (contribuições mais rendimentos) será tributado no IR
Tributação na aposentadoria	Todo o valor recebido estará sujeito a tributação do IR	Só os valores referentes ao rendimento obtido no plano estarão sujeitos à tributação do IR quando a renda for recebida
Combinação de PGBL e VGBL	Aqueles que planejam contribuir com mais de 12% da renda bruta anual em previdência complementar aberta é recomendável a contratação de um plano PGBL combinado com um VGBL para se beneficiar dos incentivos do IR. O PGBL permite deduzir da base de cálculo do imposto até 12% da renda bruta anual, desde que utilizado o modelo completo do IR. Os recursos destinados à previdência que excederam a esse limite podem ser direcionados ao VGBL, cuja tributação do IR incide apenas sobre os rendimentos no momento do resgate	

FIGURA 5. Diferenças entre PGBL e VGBL. Fonte: Tudo sobre seguros, 2016.

Segundo a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), o VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) e o PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) são planos que, após um período de acumulação de recursos, proporcionam aos investidores (segurados e participantes) uma renda mensal – que poderá ser vitalícia ou

por período determinado – ou um pagamento único.

Quanto à tabela, ela pode ser progressiva (no momento do resgate, a tributação ocorre na fonte, à alíquota de 15%, com posterior ajuste na Declaração Anual do Imposto de Renda); ou regressiva (alíquota inicial de 35%, nos primeiros 2 anos, podendo chegar até 10%, após 10 anos de permanência no plano. As alíquotas são decrescentes em função do tempo de permanência de cada contribuição no plano).

3. INTENÇÃO E MOTIVAÇÃO NA ESCOLHA DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

Esta seção refere-se à apresentação dos dados coletados junto aos 10 participantes da pesquisa. Cabe ressaltar que a pesquisa permitiu não só examinar as diferentes percepções dos entrevistados em relação ao tema proposto, mas também explorar os resultados obtidos.

Na primeira parte são obtidos os dados dos planos, identificando as variáveis PGBL e VGBL e caracterizando-os quanto à tributação. A segunda parte procura identificar a intenção e a motivação do entrevistado ao adquirir o plano. As alternativas são estabelecidas de acordo com as conclusões de Neri, Carvalho e Nascimento (1999, p. 9), mas há a alternativa referente ao diferimento fiscal mencionada por Araújo Neto (2010, 0. 19) como motivação do participante. A terceira parte do instrumento é composta pelos dados dos segurados. De referência, utilizamos a pesquisa de Guadagnin (2007, p. 28), em seu trabalho que tinha por objetivo traçar o perfil de clientes de previdência privada em determinada empresa privada. Os itens de classificação etária e o grau de formação possuem a mesma quantidade de alternativas para facilitar a comparação dos resultados. A estes itens acrescentou-se a questão que se refere ao percentual investido no plano de previdência.

Da amostra obtida, 60% é do sexo feminino, 30% apenas do sexo masculino, e 10% indeterminado. A faixa etária dos entrevistados é de 60% até 20 anos, 20% entre 21 e 40 anos, e 20% de 41 até 60 anos. A maioria tem até o ensino médio. Em relação a quanto de sua renda é destinado a investimentos na previdência privada, todos aplicam menos de 2%.

Quanto às intenções dos entrevistados em participar de um plano de previdência, 20% dos entrevistados demonstraram preocupação em relação à aposentadoria; outros 20%, em adquirir bens, sem a necessidade de financiamento; 50% em relação a perspectivas futuras; e 10%, em herança. Nenhum cliente definiu a dedução do imposto de renda como principal motivo para o investimento.

Enfim, em relação ao perfil dos entrevistados, a maioria prefere o VGBL, que é indicado para quem declara o imposto de renda no formulário simplificado ou para quem é isento, ou não possui conhecimento ao tipo de tributação de seus planos, justificando a indicação e explicando que as contribuições não podem ser abatidas na declaração anual do IR.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu servir de auxílio na escolha de planos de previdência privada, explicando variáveis de escolha e se adaptando ao perfil e à necessidade do segurado, além de suas intenções diante do investimento.

Esta seção apresenta as conclusões e limitações do presente trabalho de pesquisa e recomendações pertinentes para o avanço das pesquisas na área previdenciária. O trabalho propôs como objetivo geral verificar o sistema previdenciário no contexto brasileiro atual.

A previdência privada é um tema muito complexo para estudo, pois apresenta várias formas tanto no Brasil, quanto no mundo. No Brasil, ela é complementar, mas em diversos países, trata-se do principal regime de previdência.

A ideia é contribuir para a escolha correta, auxiliando funcionários, clientes potenciais e cliente. O mercado de previdência privada diante da crise na previdência social demonstra crescimento e estabelece uma importância fundamental para uma cultura financeira segura e madura. Os resultados demonstram as variáveis que compõem os planos e a forma de adaptação do segurado ao investimento. O estudo define em parte o perfil, a tributação, e a gama de produtos que podem ser ofertados.

O assunto sobre a reforma previdenciária brasileira é um tema em discussão, pois pretende mudanças no conceito e na estrutura, tendo em vista que o custo do sistema é alto e a contribuição das empresas e dos trabalhadores não é suficiente para cobrir as despesas com o benefício concedido, fazendo com que o governo absorva essa diferença.

Para estudos futuros, fica a sugestão de acesso aos dados internos da instituição para agregar valor ao assunto, tendo em vista que a pesquisa foi realizada mediante lembranças dos segurados quanto ao assunto, além de ter acesso a um sistema que simule o prazo e o investimento pretendido pelo segurado e, por fim, o estímulo para se adquirir um plano de previdência privada.

REFERÊNCIAS

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. *Metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CAIXA SEGURADORA. *Entenda as modalidades PGBL e VGBL*. Disponível em: <http://www.caixaseguradora.com.br/paravoce/previdencia/Paginas/O-que-PGBL-E-VGBL.aspx>. Acesso em 22/11/2016.

CHAN, Betty Lídia; SILVA, Fabiana Lopes; MARTINS, Gilberto de Andrade. *Fundamentos da previdência complementar: da atuária à contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GUADAGNIN, Romualdo. *A comercialização de planos de previdência privada na agência de Itapejara D'Oeste-PR*. Itapejara D'Oeste: Universidade Federal do Paraná, 2002.

KOTLER, Philip; ARMASTRONG, Gary. *Princípios de marketing*. 7 ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1987.

NERI, Marcelo; CARVALHO, Kátia; NASCIMENTO, Mabel. *Ciclo da vida e motivações financeiras (com especial atenção aos idosos brasileiros)*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: www.valoronline.com.br. Acesso em 25/11/2016.

OLIVEIRA, Ana Lúcia. IAPB e sindicato: duas estruturas interligadas. *Revista de Sociologia e Política*, 13(1999): 141-151, 1999.

PÓVOAS, Manuel Sebastião Soares. *Previdência privada. Filosofia, fundamentos técnicos, conceituação jurídica*. 2 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. *O sistema de previdência no Brasil*. Disponível em: www.previdencia.gov.br. Acesso em 22/11/2016.

RABELO, Flávio Marcílio. Perspectiva de expansão da previdência privada fechada no Brasil. *RAE: Revista de Administração de Empresas*, 40(4): 56-69, 2000.

RODARTE, José Cláudio. *A evolução da previdência complementar fechada no Brasil, da década de 70 aos dias atuais: expectativas, tendências e desafios*. Monografia (Bacharelado em Ciências Atuariais). Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SILVA, E. R.; SCHWARZER, H. *Proteção social, aposentadorias, pensões e gênero no Brasil*. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0934.pdf. Acesso em 22/11/2016.

STEPHANES, Reinhold. *Reforma da previdência sem segredos*. 2 ed. Rio de Janeiro: RBC, 1998.

Tudo sobre seguros. *Diferenças entre PGBL e VGBL*. Disponível em: <http://www.tudo-sobresseguros.org.br/portal/pagina.php?l=191>. Acesso em 22/11/2016.

WEINTRAUB, Arthur Bragança de Vasconcellos. *Previdência privada: atual conjuntura e sua função complementar ao regime geral da previdência social*. 2.ed. São Paulo: J. de Oliveira, 2003.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2 ed. Bookman: Porto Alegre, 2001.

ANEXO 1. Formulário

1. DADOS DO PLANO DO CLIENTE

1.1 Quantos planos possui? _____

1.2 Quais os planos você possui? Marque com um X.

PLANOS	PGBL	VGBL
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		

2. INTENÇÕES DO PARTICIPANTE

2.1. Qual das alternativas a seguir mais o motivou a participar de um plano de previdência privada?

- a) Para me aposentar e manter um padrão de consumo estável;
- b) Para adquirir em longo prazo bens de maior valor sem precisar financiar;
- c) Por preocupação em relação ao futuro;
- d) Para que seja utilizada a fim de herança;
- e) Para deduzir do IR;
- f) Outro. Qual?

3. DADOS DO PARTICIPANTE

3.1. Gênero

- a) Masculino;
- b) Feminino;
- c) Não definido.

3.2. Faixa Etária

- a) Até 20 anos;
- b) De 21 até 40 anos;
- c) De 41 até 60 anos;
- d) De 61 anos ou mais.

3.3. Grau de Instrução

- a) Até o ensino médio;
- b) Superior incompleto;
- c) Superior;
- d) Pós graduação.

3.4. Qual o percentual dedicado às contribuições para previdência privada?

- a) Menos de 2%
- b) De 2 a 4%
- c) De 4 a 6%
- d) De 6 a 8%
- e) De 8 a 10%
- f) Mais de 10%

Observações:

ANEXO II. Tabela de respostas

FORMULÁRIO	1.1	VGBL	PGBL	2.1	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5
1	1	1		A	C	B	A	C	A
2	1	1		C	A	A	A	A	A
3	1	1		D	B	D	B	A	A
4	1	1		A	A	D	B	A	A
5	1	1		C	B	A	A	A	A
6	1		1	C	B	A	A	A	A
7	1	1		B	A	A	A	A	A
8	1	1		C	A	A	A	A	A
9	1	1		B	A	A	A	A	A
10	1	1		C	A	B	A	C	A

TABELA 1. Respostas obtidas dos formulários. Fonte: da pesquisa.